



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

PROCESSO STJ N. 004970/2021

CONTRATO STJ N. 77/2021

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA

CONTRATADA: AGENCIA BRASPUB & EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: 20.750.593/0001-10

ENDEREÇO: Rua da Abolição, Número 346, Bairro Piedade

CIDADE: Ouro Preto

UF: MG

CEP: 35.400-000

TELEFONES: (31) 3058-0691

E-MAIL: atendimento@braspub.com.br

REPRESENTANTE: WALYSON JUNIOR GOMES MOREIRA

CPF: 101.063.176-44

RG: MG 16.696.531 PC/MG

DADOS SOBRE O CONTRATO

OBJETO: Prestação de serviços de monitoramento on-line e em tempo real da menção do Superior Tribunal de Justiça em redes sociais, blogs e fóruns de discussão na internet, com a entrega de alertas enviados por App, e-mail, SMS e/ou Whatsapp, e de relatórios analíticos e especiais e de plano mensal de ação estratégica para atuação em redes sociais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: : Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico n 058/2021.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 105.250,00 (cento e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

UNIDADE FISCALIZADORA: Coordenadoria de Multimeios.

OBSERVAÇÕES: A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, no prazo de até trinta dias corridos a contar da assinatura do contrato, garantia contratual, conforme Cláusula Décima Quinta.

Documentos referenciados e seu protocolo SEI: Termo de Referência – versão 7 (protocolo SEI 2600435), proposta de preços (protocolo SEI 2679920)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho Resumido	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2021NE879	21/10/2021	167531	33.90.39	Estimativo	10.527,75

PROCESSO STJ N. 004970/2021

CONTRATO STJ N. 77/2021

Prestação de serviços de monitoramento on-line e em tempo real da menção do Superior Tribunal de Justiça em redes sociais, blogs e fóruns de discussão na internet, com a entrega de alertas enviados por App, e-mail, SMS e/ou Whatsapp, e de relatórios analíticos e especiais e de plano mensal de ação estratégica para atuação em redes sociais.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATANTE:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAFS, Quadra 06, Lote 01, Trecho III, Brasília-DF, representado por seu Secretário de Administração, **LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 097.834.401-44, portador da Cédula de Identidade n. 402.686, expedida pela SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA:

AGENCIA BRASPUB & EMPREENDIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 20.750.593/0001-10, com sede na Rua da Abolição, Número 346, Bairro Piedade, Ouro Preto/MG, neste ato representada por seu Titular, **WALYSON JUNIOR GOMES MOREIRA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 101.063.176-44, portador da Cédula de Identidade n. MG 16.696.531, expedida pela PC/MG, residente e domiciliado em Ouro Preto/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de monitoramento on-line e em tempo real da menção do Superior Tribunal de Justiça em redes sociais, blogs e fóruns de discussão na internet, com a entrega de alertas enviados por App, e-mail, SMS e/ou Whatsapp, e de relatórios analíticos e especiais e de plano mensal de ação estratégica para atuação em redes sociais, conforme condições dispostas neste contrato, no Termo de Referência – versão 7 (documento SEI 2600435) e nas definições descritas abaixo:

1.1.1 Monitoramento em tempo real das menções sobre o CONTRATANTE nas mídias sociais próprias ou não, blogs e fóruns da Internet. Deve compreender as menções diárias sobre o CONTRATANTE.

1.1.2 Monitoramento de imprensa, nos perfis de veículos de comunicação em mídias sociais, sejam estes originalmente impressos (jornais e revistas), televisão, rádio, e internet, e o impacto nos leitores, com definição de temas e hashtags relacionados às notícias.

1.1.3 Além dos veículos, o monitoramento deve ter a possibilidade de abranger também publicações de influenciadores, políticos, ministros, magistrados e jornalistas e blogs.

1.1.4 Além dos canais oficiais do CONTRATANTE e do monitoramento de menções ao Tribunal nas redes sociais da internet, a Contratada deve produzir análises comparativas da performance dos canais oficiais em relação a outros canais de órgãos públicos e de jornais e revistas.

1.1.5 Alertas de possíveis crises devem ser comunicados para que as menções sejam monitoradas no primeiro momento e possibilitem respostas rápidas.

1.1.6 O sistema deve possuir interface web, em português do Brasil e que permita acompanhamento remoto.

1.1.7 O monitoramento deve acontecer durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, com todas as funcionalidades previstas ativas.

1.1.8 O acesso para abertura de chamados deve estar disponível, da mesma maneira, por 24 (vinte e quatro) horas por dia durante os 7 (sete) dias da semana.

1.1.9 Relatório digital analítico semanal: Deverá ser enviado um relatório analítico por semana contendo análise quantitativa e qualitativa sobre as publicações monitoradas (citações) na semana.

1.1.10 Relatório digital analítico sob demanda ou Relatório Especial: documento de análise quantitativa e qualitativa sobre as palavras-chave e publicações monitoradas (citações) no dia ou período sobre determinado ministro, tema ou período.

1.1.11 Relatório digital analítico mensal: Deverá ser enviado um relatório analítico por mês contendo de análise quantitativa e qualitativa que deve reunir as informações sobre as bases de dados consultadas, assim como realizar análise crítica sobre o impacto na imagem institucional do CONTRATANTE.

1.1.12 Elaboração de Plano Mensal de Ação Estratégica para atuação em redes sociais, que defina uma estratégia de ação para incrementar o alcance das publicações, crie metodologias de postagem e aumente significativamente as possibilidades de interação com o público externo.

1.1.12.1 Deverá ser enviado um plano de ação estratégica por mês.

1.2 As especificações constantes do edital de licitação, do termo de referência e da proposta comercial fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 A CONTRATADA deverá realizar monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias no ano, dos perfis oficiais do CONTRATANTE nas redes sociais e de palavras-chave e temas de interesse definidos pelo CONTRATANTE, de forma a viabilizar a análise da presença digital do CONTRATANTE e dos temas fundamentais para este CONTRATANTE.

2.2 O CONTRATANTE informará, no início do contrato, os termos a serem acompanhados.

2.3 O acompanhamento deverá mostrar a evolução da imagem do CONTRATANTE, além da indicação dos assuntos mais relevantes abordados pelos usuários, classificação dos registros (positivo, negativo e neutro), identificação das principais fontes influenciadoras e sugestão de aprimoramento da comunicação com esses públicos.

2.4 Esse acompanhamento deverá gerar, digitalmente, demonstrativos gráficos/numéricos que mostrem crescimento ou redução dos termos monitorados.

2.5 A CONTRATADA não deverá restringir a quantidade de citações a serem capturadas e monitoradas.

2.6 A solução deverá permitir a inserção de termos e filtros para número ilimitado de buscas e monitoramento. Deverá ainda possibilitar consulta de amostra analisada por filtros, tais como: assunto, público, perfil, rede social, data de publicação, palavra-chave, sentimento.

2.7 O acompanhamento deverá ocorrer por meio de plataforma on-line, com acesso a dashboards de dados com gráficos e tabelas, além da possibilidade de geração de relatórios.

2.8 A CONTRATADA deverá ter solução de geração de alertas imediatos sobre temas com grande potencial de repercussão, incluindo sugestão de providências a serem tomadas em tempo real ou com a maior brevidade possível no âmbito das redes sociais.

2.8.1 Esses alertas podem ser feitos via e-mail, SMS, WhatsApp ou outros meios de comunicação a serem acordados com a equipe do CONTRATANTE.

2.8.2 Os alertas deverão ser encaminhados da seguinte forma:

2.8.2.1 Para os dias úteis, quando se atingir 10.000 menções;

2.8.2.2 Para sábados, domingos e feriados, quando se atingir 5.000 menções.

2.8.2.3 Essas quantidades poderão ser alteradas, caso o CONTRATANTE entenda necessário, desde que comunicado à CONTRATADA com antecedência de 48 horas.

2.9 A plataforma digital da CONTRATADA deverá identificar públicos, formadores de opinião e discursos adotados, bem como o georreferenciamento da origem das postagens.

2.10 A plataforma digital da CONTRATADA deverá avaliar a influência dos públicos, dos padrões das

mensagens e de eventuais ações organizadas na web.

2.11 A CONTRATADA deverá entregar, para além dos serviços descritos acima, relatórios digitais semanais, mensais e especiais, com as seguintes especificações mínimas:

2.11.1 Relatório digital analítico semanal: documento de análise quantitativa e qualitativa sobre as publicações monitoradas (citações).

2.11.1.1 Deve identificar tendências e distorções, com visão crítica dos dados apurados.

2.11.1.2 Deve incluir mensagens, identificação de público e influenciadores, apontando a repercussão que o assunto está tendo.

2.11.1.3 É fundamental que os relatórios comportem, além dos dados básicos, dispostos em gráficos, as postagens em destaque sobre os temas de interesse do CONTRATANTE - com thumbnails destas.

2.11.2 Relatório digital analítico mensal: documento de análise quantitativa e qualitativa que deve reunir as informações sobre as bases de dados consultadas, assim como realizar análise crítica sobre o impacto na imagem institucional do CONTRATANTE. Além disso, devem constar nesse relatório:

2.11.2.1 Avaliação do impacto das postagens e das palavras-chave monitoradas, com análise de abrangência, relevância, vitalidade e favorabilidade;

2.11.2.2 Avaliação das citações ao CONTRATANTE e temas de interesse, com análise de abrangência, relevância, vitalidade e favorabilidade;

2.11.2.3 Indicação dos principais temas debatidos nas redes sociais e ações organizadas na web referentes ao CONTRATANTE e temas de interesse;

2.11.2.4 Identificação dos principais formadores de opinião nas redes sociais que debateram sobre assuntos afetos ao CONTRATANTE, com análise de seu posicionamento e influência/capacidade de repercussão;

2.11.2.5 Identificação das postagens de usuários das redes sociais com referência ao CONTRATANTE que mais repercutiram durante o mês e análise da sua repercussão, relevância e impacto na imagem do CONTRATANTE;

2.11.2.6 Avaliação geral do impacto da mobilização digital em torno de temas referentes ao CONTRATANTE, com projeção de seus reflexos na opinião pública;

2.11.3 Para o controle do número de menções monitoradas, deve constar no relatório mensal o tagueamento automático de menções idênticas capturadas, como novas menções em compartilhamentos e retweets, com possibilidade de modificação manual; e análise automática das menções de sentimento monitoradas (positivo, negativo ou neutro), com possibilidade de modificação manual.

2.11.3.1 Deve-se prever aplicações automáticas de filtros no monitoramento, fazendo com que ações subsequentes sejam tomadas assim que o item for monitorado, e a maioria das menções seja tagueada automaticamente.

2.12 A CONTRATADA deverá apresentar proposição de ações nas redes sociais que visem solucionar e responder às questões apontadas pelo monitoramento. As proposições devem ser acompanhadas de Plano de ação estratégica voltado a solucionar e responder questões detectadas nos relatórios analíticos. O plano deve incluir validação de objetivos e posicionamento, formulação de estratégias e detalhamento das soluções viáveis e adequadas à instituição.

2.13 O relatório digital mensal e o plano de ação estratégica para atuação em redes sociais deverão ser encaminhados juntamente com a Nota Fiscal.

2.14 A solução disponibilizada pela CONTRATADA deverá estar disponível em língua portuguesa (do Brasil) e ser acessível mediante o uso de senha.

2.15 A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo 6 (seis) senhas ao CONTRATANTE.

2.16 A CONTRATADA deverá monitorar, no mínimo, as seguintes mídias sociais:

a) Facebook;

b) Twitter;

c) Youtube;

d) Instagram;

e) Flickr;

f) LinkedIn;

g) Tik Tok

h) Soundcloud;

i) Pinterest;

j) Sites, blogs e fóruns.

2.17 Qualquer um dos canais listados anteriormente pode ser substituído, a qualquer tempo, conforme solicitação do CONTRATANTE, devendo a empresa responsável pelo monitoramento fazer a inclusão e

substituição assim que disponibilizadas APIs (conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web) do canal solicitado.

2.18 Poderão, no curso do contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, ser inseridas novas redes sociais detectadas como estratégicas para o CONTRATANTE, que devam, por esta razão, ser monitoradas pela CONTRATADA. Caberá ao CONTRATANTE a decisão final sobre a escolha de quais novas ferramentas serão abrangidas pelo serviço.

2.19 A solução deverá garantir o armazenamento de todo o histórico dos termos e citações monitorados pelo sistema, por meio da manutenção de um banco de dados (que deverá estar disponível ao CONTRATANTE e entregue em sua integralidade ao final do contrato).

2.20 A solução deverá gerar relatórios com os dados coletados no monitoramento a qualquer tempo, podendo ser especificado o período-base e o assunto. Esses relatórios devem poder ser visualizados em tela ou salvos em formato PDF, sendo ainda possível exportar os dados coletados em formatos CSV e XLS, entre outros formatos básicos de dados.

2.21 A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade, a integridade e a correção das informações, mesmo quando submetidas a condições de grande concorrência e/ou volume de dados.

2.22 A solução deverá permitir o tagueamento automático de menções idênticas capturadas, como novas menções em compartilhamentos e retweets, com possibilidade de modificação manual; e análise automática das menções de sentimento monitoradas (positivo, negativo ou neutro), com possibilidade de modificação manual.

2.23 A solução deverá permitir que o tagueamento de um usuário como spammer e, assim, fazer com que suas menções deixem de ser consideradas automaticamente.

2.24 É desejável que a solução permita o agendamento de publicações, quando disponibilizado pelo canal monitorado, com a possibilidade de anexar arquivos e inserir links. Além disso, o controle dos agendamentos deve apresentar os perfis responsáveis pela postagem, além de possibilitar testes de aprovação e de postagem.

2.25 É desejável que a solução possibilite a criação de uma agenda personalizada para a publicação de postagens recorrentes.

2.25.1 É desejável que o referido agendamento atenda, no mínimo, as seguintes redes: Facebook, Twitter e Instagram.

2.26 Para o Facebook, a solução deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- a) Posts da página oficial;
- b) Interações;
- c) Engajamento;
- d) Taxa de resposta;
- e) Número de fãs;
- f) Usuários constantes;
- g) Posts de usuários na página do CONTRATANTE;
- h) Citações e menções;
- i) Tipos de Post;
- j) Perfil do público (por sexo; por faixa etária; por estado);
- k) Evolução na base de fãs:
 - k.1) Curtidas/seguidores que ganhamos;
 - k.2) Curtidas/seguidores que perdemos;
- l) PEP (Pontuação de Engajamento por Publicação);
- m) Alcance.

2.27 Para o YouTube, a solução deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- a) Total de vídeos;
- b) Visualização de vídeos;
- c) Tempo total visto;
- d) Crescimento do tempo total visto;
- e) Relação de Like e Dislike;
- f) Crescimento Absoluto de Like e Dislike;
- g) Inscritos;
- h) Crescimento de inscritos;
- i) Taxa de visualização.

2.28 Para o Twitter, a solução deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- a) Retweets;

- b)** Menções;
- c)** Favoritações;
- d)** Evolução de seguidores;
- e)** Perfil do público (por sexo; por faixa etária, por estado);
- f)** Evolução na base de fãs (curtidas/seguidores que ganhamos; curtidas/seguidores que perdemos);
- g)** PEP (Pontuação de Engajamento por Publicação);
- h)** É desejável que a solução seja capaz de medir a quantidade de impressões no Twitter.

2.29 Para o Instagram, a solução deverá ter, no mínimo, as seguintes métricas:

- a)** Fotos publicadas;
- b)** Stories publicados;
- c)** Postagens a partir da localização do usuário (check-in);
- d)** Seguidores;
- e)** Curtidas;
- f)** Publicações salvas;
- g)** Comentários;
- h)** Alcance.

2.30 Para o LinkedIn, é desejável que a solução ofereça as seguintes métricas:

- a)** Total de publicações;
- b)** Seguidores;
- c)** Impressões;
- d)** Reações;
- e)** Cliques;
- f)** Comentários;
- g)** Compartilhamentos.

2.31 A solução deve ser capaz de classificar as interações do CONTRATANTE com os cidadãos. Essa apuração também deve ser passível de classificação nos relatórios gerados pela solução, já citados anteriormente, sempre que necessário.

2.32 A solução deve possibilitar buscas por assuntos específicos que estejam em destaque no momento, com medições quantitativas em intervalos definidos de tempo e a evolução dos termos selecionados no período.

2.33 A solução deve ser capaz de realizar análises comparativas das informações coletadas com apuração de dados estatísticos e geração de relatórios e gráficos variados contemplando todas as informações monitoradas, respondidas e agendadas sem limites de quantidade de relatórios ou gráficos gerados.

2.33.1 A solução deve ser capaz de fazer uma análise apurada das redes sociais, com o objetivo de possibilitar a criação de mapa de performance, a ser adaptado a cada uma das principais redes utilizadas oficialmente pelo CONTRATANTE.

2.33.2 Os dados devem ser apresentados em relatórios onde seja possível o cruzamento de dados e métricas selecionados.

2.34 A solução deve ter a possibilidade de gerar nuvem de palavras relacionadas aos termos buscados.

2.35 A configuração inicial da solução com as palavras-chave e demais parâmetros iniciais (setup inicial), como a formatação dos primeiros painéis de interação com o sistema (dashboards) e relatórios deve ser acompanhada pela CONTRATADA.

2.36 A CONTRATADA deve fornecer suporte por e-mail, telefone e/ou webconferência para sanar dúvidas ou eventuais problemas na utilização da solução, em horário comercial de segunda a sexta-feira e em formato de plantão por e-mail nos finais de semanas, feriados e fora do horário comercial.

2.37 O serviço objeto desta contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

2.37.1 Utilizar exclusivamente protocolo https (conexão segura) para acesso pelos usuários e para o processo de autenticação;

2.37.2 Autenticar o usuário através de login pessoal e senha com tamanho mínimo de oito caracteres, formada, no mínimo, por letras e números;

2.38 O monitoramento a ser realizado pela solução disponibilizada pela CONTRATADA deverá ser iniciado logo após a assinatura do contrato.

2.39 Os logins de acesso à solução deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA no prazo de 1 (um) dia útil, após a assinatura do contrato.

2.40 É possível que as falhas do sistema sejam comunicadas por e-mail ou por WhatsApp, em número de responsável técnico indicado pela CONTRATADA.

2.41 Após comunicação de eventuais problemas técnicos, a CONTRATADA tem até 3 (três) horas para o

restabelecimento do sistema.

2.42 Deverá ser disponibilizado canal de atendimento aos usuários externos de todas as mídias do CONTRATANTE em um único ambiente, com a previsão de relatórios de métricas sobre as interações realizadas entre o CONTRATANTE e o público.

2.43 A CONTRATADA deverá possibilitar a classificação, por meio de tagging, dos usuários que citarem o CONTRATANTE, com a possibilidade de se destacar usuários com número expressivo de seguidores e alto índice de interação.

2.44 A CONTRATADA possibilitará o encurtamento de links e realizará a contabilização dos acessos realizados por meio deles com geração de relatórios, extraídos na própria solução sempre que necessário.

2.45 Interação com os cidadãos: as menções identificadas no monitoramento deverão ser passíveis de resposta por meio da própria solução.

2.45.1 O canal de interação preferencialmente deve trabalhar com o sistema de bots, com a possibilidade de criação de respostas padrão que simulem a interação humana.

2.45.1.1 O serviço deve ser capaz de mensurar os atendimentos automáticos e as principais demandas dos usuários, contextualizando-os no âmbito de atendimento gerais e analisando a curva de aprendizagem e autonomia.

2.45.1.2 Caso os bots não consigam resolver uma demanda, ela deve ser encaminhada automaticamente ao atendimento tradicional.

2.45.1.3 O serviço deve ser capaz de classificar as interações do CONTRATANTE com os cidadãos, além de gerar relatórios dessas interações, extraídos na própria solução sempre que necessário.

2.45.1.4 Todas as interações ocorridas entre os usuários e o CONTRATANTE deverão ser guardadas em históricos, podendo ser acessadas a qualquer momento.

2.46 Exportação das informações geradas em relatórios com formatos diversos, como pdf, html, xls e csv.

2.46.1 Os resultados devem estar disponíveis em dashboards customizados que se atualizem em tempo real, mas que possam ser facilmente compartilháveis em redes específicas ou enviados por email.

2.47 Notificações automáticas à equipe de monitoramento do CONTRATANTE por e-mail, com o uso de palavras-chave preestabelecidas ou determinação de sentimento, assim que a interação ocorrer.

2.47.1 Se um usuário mencionar algum dos termos definidos para este tipo de contato, um e-mail deve ser disparado à equipe da Coordenadoria de Multimeios.

2.48 Adaptável, a solução deve ser intuitiva, de fácil apreensão para que a equipe da Coordenadoria de Multimeios a opere e seja capaz de estabelecer e modificar os painéis de interação (dashboards), definindo as métricas que julgarem pertinentes.

2.49 O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) dar-se-á da seguinte forma:

2.49.1 Considera-se que o serviço está indisponível quando um problema associado ao hardware ou ao software fornecido pela CONTRATADA esteja indisponível.

2.49.1.1 Indisponibilidade de suporte técnico on-line em Português do Brasil.

2.49.1.2 Problemas ocasionados por scripts ou softwares desenvolvidos pelo CONTRATANTE ou terceiros, e que causem indisponibilidade de um sistema da contratada, não serão considerados para efeitos de glosa a essa.

2.50 Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1 O monitoramento a ser realizado pela solução disponibilizada pela CONTRATADA deverá ser iniciado logo após a assinatura do contrato.

3.2 Os logins de acesso à solução deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA no prazo de 1 (um) dia útil, após a assinatura do contrato.

3.3 O Relatório digital analítico sob demanda deverá ser encaminhado, para os endereços eletrônicos informados pelo CONTRATANTE, até 3h após a solicitação pelo CONTRATANTE.

3.4 O Relatório digital semanal deverá ser encaminhado, para os endereços eletrônicos informados pelo CONTRATANTE, até às 12h de segunda-feira, devendo conter as informações obtidas desde a 0h de segunda-feira da semana anterior até às 23h59 de domingo da semana monitorada.

3.5 O relatório digital mensal e o plano de ação estratégica para atuação em redes sociais deverão ser encaminhados juntamente com a Nota Fiscal.

3.6 Após comunicação de eventuais problemas técnicos, a CONTRATADA tem até 3 (três) horas para o restabelecimento do sistema.

3.7 O prazo de execução do objeto contratado poderá ser prorrogado, desde que ocorra algum dos motivos

indicados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/1993, mediante a formalização de termo aditivo.

3.7.1 Para a instrução do pedido de prorrogação do prazo de execução, a unidade gestora deve apresentar as justificativas, as quais devem ser anuídas pela Secretaria de Administração.

3.7.2 A prorrogação do prazo de execução deve observar o prazo de vigência do contrato, e ser formalizada durante o prazo de execução que se encontra vigente.

3.7.2.1 Excepcionalmente, o aditivo contratual poderá ser formalizado após o decurso total do prazo de execução anteriormente fixado, desde que a unidade gestora apresente as justificativas necessárias quanto à impossibilidade da formalização do aditivo em tempo hábil e as justificativas para o pedido de prorrogação, as quais devem ser anuídas pela Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 O recebimento provisório realizar-se-á no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações e com a proposta.

4.1.1 Para o recebimento provisório serão observados:

4.1.1.1 O monitoramento das principais redes sociais: Facebook, Instagram, Twitter e Youtube;

4.1.1.2 A entrega de alertas;

4.1.1.3 A entrega dos relatórios analíticos semanais;

4.1.1.4 A entrega do relatório analítico mensal;

4.1.1.5 A entrega dos relatórios analíticos especiais, quando houver;

4.1.1.6 A entrega do plano mensal de ação estratégica.

4.2 O recebimento definitivo realizar-se-á no prazo de dez dias úteis após a lavratura do termo de recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações do CONTRATANTE.

4.3 A Coordenadoria de Multimeios do CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, integralmente ou em parte, os serviços que não atendam às especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar, sem ônus adicionais, a complementação ou a substituição dos itens não aceitos, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4 O recebimento do objeto será efetuado por servidor ou comissões designadas pela autoridade competente, conforme o caso.

4.4.1 Nas hipóteses em que o valor da aquisição superar o limite definido para a modalidade convite, bem como quando se tratar da contratação de serviços, para cada parcela executada, o CONTRATANTE constituirá obrigatoriamente Comissões de Recebimento distintas, uma para fins de recebimento provisório e a outra para o definitivo, os quais serão lavrados em termos circunstanciados e assinados por ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1 O prazo de garantia contra problemas decorrentes da execução do(s) serviço(s) coincidirá com a duração do Contrato.

5.2 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do fixado no contrato, permitindo a eventual aplicação de sanções em caso de descumprimento das condições contratuais, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A CONTRATADA declara receber cópia da Instrução Normativa STJ/GDG N. 15 de 12 de novembro de 2020, ter sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça e compromete-se a cumprir os requisitos legais e os definidos no normativo, observadas as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, quando aplicáveis ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 A vigência do presente contrato é de vinte meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

7.2 A prorrogação da vigência do Contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

7.3 Por ocasião da prorrogação, será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

7.4 Será consultada a situação da CONTRATADA no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.

7.4.1 A CONTRATADA, ainda que inscrita no Cadin, poderá ter o contrato prorrogado na hipótese de ausência de impeditivos à continuidade do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1 As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 18/10/2021, conforme documento SEI 2679920.

8.2 O preço ajustado é final, nele estando inclusos todos os encargos que a CONTRATADA experimentará no cumprimento das obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1 O(s) preço(s) a que se refere(m) o item 8.1 poderá(ão) ser reajustado(s) a cada 12 (doze) meses, contado, para o primeiro reajuste, a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, e nos reajustes subsequentes após doze meses, contado a partir dos efeitos do último reajuste concedido.

9.2 O reajuste será negociado entre as partes e terá como limite a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida nos 12 (doze) meses após a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, ou dos efeitos do último reajuste concedido.

9.3 Fica garantido à contratada o direito ao reajuste previsto neste contrato desde que solicitado dentro do prazo de 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir e, para os demais, a partir dos efeitos do último reajuste concedido.

9.4 O direito de reajuste precluirá a cada 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, e, para os demais, da data dos efeitos do último reajuste concedido, caso a contratada não o requeira dentro do respectivo período aquisitivo.

9.5 O reajuste previsto neste contrato poderá ser formalizado por meio de Termo de Apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As partes ajustam que o valor do presente Contrato fica estipulado em R\$ 105.250,00 (cento e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), conforme item 8.1.

10.2 As despesas com a execução deste Contrato serão atendidas com os recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.

10.3 Foi emitida, em 21/10/2021, a Nota de Empenho Estimativo n. 2021NE879, no valor de R\$ 10.527,75 (dez mil, quinhentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho Resumido 167531 e Natureza da Despesa 33.90.39.

10.4 A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

10.5 O número da(s) nota(s) de empenho, emitidas para atender às despesas do presente Contrato em exercício futuro, integra(m) o contrato, independentemente de transcrição, cujo registro ocorrerá no SIAFI.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

11.1 Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

11.1.1 O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento definitivo do(s) serviço(s).

11.1.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e à entrega dos Relatórios.

11.1.3 A Nota Fiscal, o Relatório Analítico Mensal e o Plano Mensal de Ação Estratégica deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis.

11.2 Os pagamentos dos Relatórios Especiais, sob demanda, somente serão efetuados pelo CONTRATANTE após atendidos os requisitos abaixo:

11.2.1 aprovação do relatório especial elaborado pela CONTRATADA;

11.2.2 atesto da nota fiscal pelo gestor do Contrato.

11.3 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações SEI, nos termos do disposto na Seção XI da Instrução Normativa STJ/GDG n. 17 de 3 de julho de 2019, conforme orientação da unidade gestora.

11.4 O pagamento será efetivado mediante crédito realizado em conta corrente bancária no prazo abaixo:

a) cinco dias úteis, contados da apresentação da fatura, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993;

b) dez dias úteis, contados da atestação da nota fiscal, para os demais casos.

11.5 O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal.

11.5.1 Nos casos contemplados pelo item 11.4, alínea “b”, a atestação deverá ocorrer no prazo de até cinco dias úteis a contar:

a) da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

b) do recebimento definitivo, nos demais casos.

11.6 Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente Contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

11.7 O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto no item 11.4, desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada pro rata tempore, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IPCA.

11.8 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

11.9 Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 11.8, o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá à regra estabelecida no subitem 11.4 e os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva prestação dos serviços.

11.10 Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.

11.11 Em relação aos serviços prestados no mês de dezembro, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal até o final da primeira quinzena do mês e encaminhá-lo ao gestor do contrato, juntamente com toda a documentação obrigatória, para atesto do período de efetiva prestação de serviços e envio à Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF para liquidação e pagamento.

11.11.1 Excepcionalmente, e desde que o contrato seja continuado, a área gestora poderá justificar a ausência de algum documento e encaminhar a nota fiscal para liquidação e pagamento, após regular autorização, sem prejuízo da posterior apresentação daquele.

11.11.2 Em janeiro do ano seguinte, a área gestora deverá atestar o período restante e encaminhar o processo novamente à SOF, para o pagamento complementar, que deverá ser objeto de liberação somente após a apresentação de toda a documentação exigida mensalmente;

11.11.3 a emissão de faturamento parcial poderá ser solicitada ou não pelo STJ, a depender das condições para finalizar o processo da despesa (liquidação e pagamento), não havendo obrigação contratual do pagamento parcial em dezembro.

11.12 A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.

11.12.1 Na hipótese do item 11.12, os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.

11.13 O STJ exigirá da(s) empresa(s) contratada(s), por ocasião do pagamento, a apresentação dos comprovantes de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados e junto à Caixa Econômica Federal, por meio do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

11.14 A CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, de acordo com a Lei n. 12.440/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:

a) fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;

- b)** submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
- c)** responsabilizar-se por danos causados, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade desta ou de terceiros;
- d)** executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com disponibilização de contato comercial necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, recursos humanos para atendimento remoto, além do fornecimento da solução em si na qualidade e quantidade especificadas no contrato e em sua proposta, e de guias, manuais necessários e demais documentos para seu pleno uso;
- e)** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do contrato, os serviços efetuados em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA o valor correspondente aos danos sofridos;
- g)** acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato;
- h)** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos avançados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- i)** responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objetos deste contrato;
- j)** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade para o CONTRATANTE;
- j.1)** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos suportados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- k)** encaminhar o relatório mensal e plano de ação estratégica juntamente com a Nota Fiscal/Faturamento do mês;
- l)** relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- m)** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização de trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- n)** manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo CONTRATANTE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à CONTRATADA, durante e após a vigência do contrato;
- o)** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não esteja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º, do art. 57, da Lei n. 8.666 de 1993;
- p)** informar, no momento da assinatura do contrato, nome do responsável, os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o CONTRATANTE, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação;
- p.1)** a comunicação referente à execução do objeto será realizada preferencialmente através do e-mail informado pela CONTRATADA no momento da assinatura do contrato;
- p.2)** a comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da CONTRATADA, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail;
- p.3)** a comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a CONTRATADA demonstrar ao fiscal os motivos que justifiquem a utilização de outra forma;
- q)** comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais;
- r)** prestar suporte técnico on-line, em Português do Brasil, durante todo o período de vigência contratual;
- s)** disponibilizar meio de recebimento dos chamados de solicitação de suporte, indicando responsável técnico e número ou e-mail de contato;
- t)** providenciar, caso o CONTRATANTE entenda necessário, treinamento para usuários do sistema, às

expensas da CONTRATADA, para fins de utilização da plataforma tecnológica contratada;

t.1) o treinamento poderá ser presencial ou via EAD, com entrega de material e conduzido por um especialista da CONTRATADA;

t.2) caso o CONTRATANTE entenda necessária a ação de treinamento, o agendamento, para o treinamento, dar-se-á a partir do primeiro dia de vigência do contrato, e ocorrerá em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento de notificação expedida pelo contratante;

u) disponibilizar contato para possíveis dúvidas de utilização do sistema.

v) manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram a contratação.

v.1) Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

12.2 Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea “v” do item 12.1.

12.3 Além das demais obrigações previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional.

b) acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas;

c) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e termos de suas proposta;

d) designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual;

e) exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, pelo gestor do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano;

f) notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

g) recusar qualquer serviço entregue em desacordo com as especificações constantes deste contrato;

h) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

i) pagar à CONTRATADA, após conferência de relatório de atividade, o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos neste contrato.

12.3.1 O CONTRATANTE franqueará à CONTRATADA acesso às notas de empenho emitidas para atender às despesas deste Contrato durante sua vigência.

12.4 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

12.4.1 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste contrato, sendo observados:

a) a compatibilidade com a finalidade especificada;

b) o interesse público;

c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta;

12.4.2 Os dados devem ser eliminados, quando não autorizada sua conservação, nos termos do art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento nas hipóteses previstas no art. 15 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato, a CONTRATADA fica sujeita:

13.1.1 A advertência, se couber, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

13.1.2 A multa de mora de 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto contratado, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento) da parcela inadimplida, nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

13.1.3 Para as infrações especificadas nas tabelas 1 e 2 abaixo, serão aplicadas as seguintes multas:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1% por ocorrência e/ou por dia, até o limite de 20%

2	2% por ocorrência e/ou por dia, até o limite de 20%
3	5% por ocorrência e/ou por dia, até o limite de 20%

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	APLICAÇÃO	INCIDÊNCIA
1	Falhar no monitoramento em tempo real das redes sociais do STJ e das menções ao STJ em redes sociais e sítios da internet, durante 7 dias por semana e 24 horas por dia.	1	por ocorrência e por dia	sobre o valor mensal do Contrato
2	Deixar de enviar alertas	2	por ocorrência	sobre o valor da parcela inadimplida
3	Deixar de enviar o relatório analítico semanal	3	por ocorrência	sobre o valor da parcela inadimplida
4	Atrasar o envio do relatório analítico semanal	2	por ocorrência e por dia	sobre o valor da parcela inadimplida
5	Deixar de enviar o relatório analítico mensal	3	por ocorrência	sobre o valor da parcela inadimplida
6	Atrasar o envio do relatório analítico mensal	2	por ocorrência e por dia	sobre o valor da parcela inadimplida
7	Deixar de enviar o relatório analítico especial	3	por ocorrência	sobre o valor da parcela inadimplida
8	Atrasar o envio do relatório analítico especial	2	por ocorrência e por dia	sobre o valor da parcela inadimplida
9	Deixar de enviar o plano mensal de ação estratégica para atuação em redes sociais	3	por ocorrência	sobre o valor da parcela inadimplida
10	Atrasar o envio do plano mensal de ação estratégica para atuação em redes sociais	2	por ocorrência e por dia	sobre o valor da parcela inadimplida
11	Falhar na disponibilização de canal de contato com Contratante e para abertura de chamados	1	por ocorrência	sobre o valor mensal do Contrato
12	Falhar na disponibilização das senhas	1	por ocorrência	sobre o valor mensal do Contrato
13	Falhar no armazenamento do histórico de termos e citações monitoradas pelo sistema	1	por ocorrência	sobre o valor mensal do Contrato
14	Falhar no tagueamento	1	por ocorrência	sobre o valor mensal do Contrato
15	Falhar na prestação de suporte técnico	2	por ocorrência	sobre o valor mensal do Contrato

16	Falhar no atendimento a qualquer outro item não especificado neste quadro	1	por ocorrência	sobre o valor mensal do Contrato
----	---	---	----------------	----------------------------------

13.1.3.1 Considera-se parcela inadimplida deixar de cumprir qualquer parte do contrato em sua execução.

13.1.3.2 Entende-se por "ocorrência" o acontecimento singularizado por cada ato praticado.

13.1.4 Na hipótese da CONTRATADA cometer reiteradas falhas na sua execução contratual, devidamente anotadas em registro próprio pela fiscalização do Contrato e encaminhadas à SAD para deliberação sobre aplicação de penalidade, a Unidade Gestora do CONTRATANTE poderá manifestar-se sobre a continuidade da execução do Contrato;

13.2 Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do inciso II do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

13.3 O valor da multa aplicada, após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrado judicialmente;

13.4 Excepcionalmente, ad cautelam, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

13.5 A instrução dos procedimentos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão o rito estabelecido na Instrução Normativa STJ/GDG N. 5/2019.

13.6 A notificação dos atos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão as regras da Instrução Normativa STJ/GDG n. 17, de 3 de julho de 2019.

13.6.1 Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, os atos processuais poderão ser praticados em meio físico, digitalizando-se o documento físico correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

14.1 As partes desde já ajustam que não existirá, para o CONTRATANTE, nenhuma solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1 A CONTRATADA entregará na Seção de Análise de Garantia, Conta Vinculada e Sanções Contratuais do CONTRATANTE, situada no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 6, lote 1, bloco “F”, 1º andar, ala A, Brasília – DF ou enviará para o e-mail stj.sagav@stj.jus.br, no prazo de até trinta dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, garantia no valor de R\$ 5.262,50 (cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), nos termos do art. 56, § 1º, incisos I, II e III, da precitada lei.

15.1.1 Em caso de prorrogação ou alteração quantitativa do contrato, o prazo para apresentação da garantia atualizada será contado da data estabelecida no respectivo termo aditivo ou instrumento equivalente (apostila), e deve observar o mesmo número de dias/prazo estabelecido neste contrato.

15.2 Ao CONTRATANTE é reservado o direito de somente liberar a garantia de que trata o item 15.1, caso haja adimplemento total de seu objeto.

15.3 O CONTRATANTE poderá executar a garantia para ressarcimento dos valores que a CONTRATADA passe a lhe dever em virtude da ocorrência de qualquer das situações expressamente previstas neste Contrato e na legislação pertinente, após a instauração de procedimento administrativo específico.

15.3.1 Na ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações contratadas, o CONTRATANTE notificará a empresa seguradora da expectativa de sinistro com vistas à resguardar a administração de possíveis prejuízos, mediante provocação da unidade gestora responsável pelo acompanhamento da execução contratual, durante a vigência da apólice.

15.4 Caso o valor da garantia venha a ser utilizado em pagamento de qualquer obrigação, desde que atribuída à CONTRATADA, esta se obriga a efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação por parte do CONTRATANTE.

15.5 A garantia a que se refere o item 15.1 corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao Contrato e será atualizada nas mesmas condições do ajuste.

15.6 No caso de a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-lei n. 1.737/1979.

15.7 No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, a aceitação da apólice dependerá de análise

da regularidade da seguradora no sítio eletrônico da Susep, autenticidade do documento e conformidade do clausulado com a legislação vigente, o edital e os termos contratuais.

15.8 A CONTRATADA será comunicada do resultado da análise, para apresentação dos devidos esclarecimentos ou do endosso com os ajustes pontuais nas apólices, de modo a incluir todas as garantias conferidas pelo contrato celebrado.

15.9 A não entrega, pela CONTRATADA, da garantia prevista nesta cláusula, nos prazos previstos nos itens 15.1 e 15.4 deste ajuste, ensejará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

15.10 O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos art. 77 a 79 da Lei n. 8.666/1993, o que a CONTRATADA declara conhecer.

16.2 O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado, salvo anuência expressa da Administração, quando a nova pessoa jurídica preencher os requisitos de habilitação requeridos (exigidos) no Edital e mantiver as demais cláusulas e condições previstas no contrato.

16.3 Na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A presente contratação foi precedida da Licitação n. 058/2021, na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, e nos Decretos n. 10.024/2019, n. 8.538/2015, n. 7.174/2010 e, subsidiariamente na Lei n. 8.666/1993, na autorização constante do Processo STJ n. 004970/2021 e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 18/10/2021, razão pela qual integram este ajuste.

17.2 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019 e, de forma subsidiária, da Lei n. 8.666/1993, nos princípios de direito público, e em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

17.3 Apesar da publicação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente contratação fundamenta-se nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002.

17.4 O titular da Coordenadoria de Multimeios do CONTRATANTE será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento do Contrato.

17.4.1 A fiscalização que será realizada pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração, em conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/93.

17.5 Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá as seguintes informações: tratamento de dados pessoais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, o método de aferição dos resultados, se houver, sanções aplicáveis, entre outros.

17.6 A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXOS e parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos, os links citados nos itens 1.1 e 8.1, que estão individualmente identificados neste contrato pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.

17.7 A possibilidade de cessão de crédito da empresa CONTRATADA ficará condicionada ao atendimento do estabelecido na Instrução Normativa n. 53, de 8 de julho de 2020 do Ministério da Economia ou norma que vier alterá-la, bem como não poderá prejudicar a execução do contrato que continua sob a responsabilidade da CONTRATADA.

17.8 Em conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente ajuste será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

17.9 As questões oriundas deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília – DF.

E, estando justos e contratados os representantes das partes assinam a presente Contrato, eletronicamente, para que surtam os devidos efeitos legais.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO

Secretário de Administração
Superior Tribunal de Justiça

WALYSON JUNIOR GOMES MOREIRA

Titular
Agencia Braspub & Empreendimentos Eireli



Documento assinado eletronicamente por **Walyson Júnior Gomes Moreira, Usuário Externo**, em 28/10/2021, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração**, em 28/10/2021, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2691583** e o código CRC **B53A9FBD**.